

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 441.528 - PR (2013/0384620-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : ANTONIO AUGUSTO PIRES JUNIOR
ADVOGADOS : ROGÉRIA FAGUNDES DOTTI DORIA E OUTRO(S) - PR020900
VANESSA CRISTINA CRUZ SCHEREMETA E OUTRO(S) -
PR027134
EMILLY SUCASAS TALAMONTE CREPALDI E OUTRO(S) -
PR057813
AGRAVADO : CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADA : PAULO OSTERNACK AMARAL E OUTRO(S) - PR038234

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Antônio Augusto Pires Júnior contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com base na alínea "a" do inc. III do artigo 105, da Constituição, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Paraná, assim ementado (fls. 1358-1359):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO EM INQUÉRITO POLICIAL QUE DECLARA A IMPRESTABILIDADE DA PROVA TIDA COMO ILÍCITA NA ESFERA CRIMINAL. DECISÃO RATIFICADA PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, SOB O FUNDAMENTO DE OCORRÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 467 DO CPC. EFICÁCIA DE IMUTABILIDADE E INDISCUTIBILIDADE APLICÁVEL TÃO SOMENTE EM SENTENÇA E EM RELAÇÃO ÀS PARTES DO PROCESSO, NÃO SURTINDO EFEITO CONTRA TERCEIROS. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS PENAL E CÍVEL. DECISÃO NO CRIMINAL QUE NÃO SURTE EFEITOS AUTOMÁTICOS NO CÍVEL. NECESSIDADE DE VALORAÇÃO DA PROVA NO MOMENTO OPORTUNO. DECISÃO REFORMADA RECURSO PROVIDO

Embargos de declaração rejeitados nos termos da seguinte ementa (fl. 1377):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. MATÉRIA DEBATIDA E FUNDAMENTADA NO ACÓRDÃO GUERREADO EMBARGOS REJEITADOS

Nas razões do especial, o ora agravante alegou, em suma, violação aos artigos 332, 467, 472 e 535 do Código de Processo Civil de 1973; 935 do Código Civil de 2002, correspondente ao art. 1525 do Código Civil de 1916; e 157, §§ 1º e 2º do Código de Processo Penal.

Assim delimitada a questão, observo, inicialmente, que o acórdão recorrido manifestou-se de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos. Ademais, não está o órgão julgador obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos apontados pelas partes, a fim de expressar o seu convencimento. No caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido.

Afasto, pois, a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC de 1973.

Em relação aos demais dispositivos legais, verifico que o ora agravante ajuizou ação ordinária objetivando o pagamento de indenização de seguro celebrado entre a Chubb do Brasil Companhia de Seguros, ora agravada e o Grupo Agrenco, destinado à cobertura de eventuais danos decorrentes da atuação de diretores e administradores na gestão das empresas que dirigem, em razão de o ora agravante ter ocupado o cargo de diretor de operações mundiais da Agrenco do Brasil S/A.

A seguradora negou o pagamento de cobertura securitária na esfera administrativa - valor correspondente aos honorários advocatícios que teriam sido suportados pelo ora agravante para se defender em inquérito instaurado pela Polícia Federal na denominada "operação influenza", na qual o ora agravante teve a prisão cautelar decretada - sob o argumento de que os elementos do referido inquérito policial, ao qual teve acesso mediante procuração outorgada pela segurada, revelaram que empresa segurada apresentava "grave e severo desajuste nas suas demonstrações financeiras", motivo pelo qual "a real situação das empresas do Grupo Agrenco não estava refletida nos documentos que foram submetidos para a avaliação do risco e nesse momento não fora devidamente informada à Chubb para correta análise do risco" do contrato. Acrescentou que o ora agravante praticou atos que aumentaram intencionalmente possibilidade de riscos de ocorrência dos sinistros, hipóteses que, segundo entende, autorizam o afastamento do pagamento da indenização.

As instâncias de origem delinearam que o Juízo Federal na qual tramitam

os inquéritos da operação acima mencionada declarou nulas as interceptações telefônicas realizada pela Polícia Federal e de todas as provas delas decorrentes, ressaltando a impossibilidade da utilização desses elementos para qualquer outra finalidade.

Nesse sentido, destaco as seguintes passagens da decisão impugnada o agravo de instrumento, cujo acórdão constitui-se no objeto do recurso especial (fl. 37):

Com efeito, a MM Juíza Federal proferiu decisão nos autos de inquérito policial no 2008.72.00.006744-6/SC declarando a nulidade de todas as provas oriundas da interceptação telefônica realizada nos autos no r 2007.72.00.013946-5, bem como ressaltou que as provas declaradas nulas não poderiam servir para qualquer finalidade e em qualquer esfera, seja criminal, civil ou administrativa (fl. 327).

E do acórdão recorrido (fl. 1364):

Assim, por mais que tenha havido reconhecimento no juízo criminal da ilicitude na obtenção nas provas, isso não implica automaticamente na imprestabilidade das interceptações telefônicas no julgamento do processo no juízo cível, justamente em razão da independência das esferas.

Ocorre, porém, que, ao contrário do afirmado pelo ora agravante, o acórdão recorrido não afirmou serem válidas, nem autorizou a utilização das referidas interceptações telefônicas declaradas nulas na instância criminal, mas, considerando a independência das esfera cível e criminal, determinou que as referidas provas, assim como as demais produzidas e a serem colhidas, sejam valoradas no momento da prolação da sentença, como expressamente registrado no voto condutor, confira-se:

Assim, mesmo que, de fato, tenha ficado constatado na esfera criminal que as provas foram obtidas por meio ilícito, tal declaração não vincula à esfera cível, principalmente considerando que, nesta última, nem sempre se aplica a teoria da árvore envenenada, como acontece no penal e como se deu na decisão da Juíza Federal (fls. 367/379 - TJ).

Na verdade, a licitude das interceptações telefônicas, bem como a sua utilização como fundamento para o futuro julgamento da lide, será analisada e decidida por este juízo cível no momento oportuno, qual seja, na prolação da sentença da ação de cobrança, quando o magistrado de primeiro grau procederá a valoração das provas e formará o seu convencimento.

Cumprido deixar claro, portanto, que o provimento do presente recurso

e a reforma da decisão de primeiro grau justificam-se na independência das esferas criminais e penais, ou seja, a declaração de ilicitude da prova do âmbito criminal não gera efeitos automáticos na esfera cível, sendo certo que a valoração da licitude da prova neste juízo, bem como sua utilização como fundamento da sentença, como já dito, deverá ser feita no momento oportuno.

Acrescento que os motivos para a negativa da cobertura securitária na esfera administrativa e reafirmadas na contestação da ação principal pela seguradora (fls. 211-269), não se limitaram à escutas telefônicas declaradas ilícitas, mas tiveram por base outros elementos colhidos no inquérito policial e outras fontes, encontram-se assim sintetizados na referida peça (fls. 215-216):

O caso em voga envolve o antigo diretor de uma - outrora - das maiores empresas de agronegócio no cenário brasileiro: a empresa integrante do Grupo Agrenco, cuja *holding* é a sociedade que celebrou a apólice objeto desta demanda, a Agrenco Ltd. O que se verá, nas linhas que se seguirão, é que, às escondidas da Chubb e do mercado, o Grupo Agrenco possuía um grave e severo desajuste nas suas demonstrações financeiras, em seu corpo diretivo e no coração de suas operações, tudo de forma a alterar sensivelmente o cenário do risco avaliado pela Seguradora quando da contratação da apólice. Essas considerações não são fruto de imaginação por parte da Chubb. Ao contrário, são embasadas em graves indicadores a respeito. A sinalizar, de início, são os seguintes dados que indicam que a saúde financeira da Agrenco Ltd. não era nem nunca foi aqueal informada à Chubb, e refletida em suas demonstrações financeiras apresentadas quando da contratação e renovação da Apólice:

(a) a Agrenco Ltd captou, em oferta pública de ações realizada em 25 de outubro de 2007, dias após a Renovação, cerca de R\$ 670.000.000,00 (seiscentos e setenta milhões de reais - doc. nº 03); apenas dez meses depois (em 27 de agosto de 2008) e após a prisão de quatro diretores (dentre eles, Pires, o autor) - quatro empresas do Grupo Agrenco pediram recuperação judicial. O súbito colapso da companhia meses após a Renovação e a abertura do seu capital - quando foram prestadas à Chubb e para o mercado informações no sentido de que a Agrenco estava em perfeita ordem financeira - mostra como tais informações não revelavam a realidade da Agrenco naquele momento;

(b) desde a prisão de seus diretores (dentre eles, Pires, o

Autor), há dois anos, a Agrenco ainda não publicou qualquer balanço, o que acarretou a suspensão de seu registro com companhia aberta na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, o que revela que a nova diretoria não conseguiu suplantar os problemas contábeis ocorridos na administração de Pires; e

(c) Verifica-se, portanto, que a Agrenco tinha graves problemas em suas demonstrações financeiras, as mesmas que foram utilizadas pela Chubb para analisar o risco da Renovação.

Todos esses fatos serão detalhadamente explicados no momento oportuno, ainda esta defesa. A análise a seu respeito é pertinente porque toca à própria aceitação do risco da Apólice e fixação do respectivo prêmio, o que gera a perda do direito de cobertura de Pires. Isto porque a real situação das empresas do Grupo Agrenco não estava refletida nos documentos que foram submetidos para a avaliação do risco e nesse momento não fora devidamente informada à Chubb para correta análise do risco.

Considero pertinente anotar, a propósito, que a decisão da Justiça Federal de Santa Catarina, que decretou a nulidade das escutas telefônicas, não determinou o trancamento do inquérito policial, mas autorizou a continuidade de sua tramitação, mediante a coleta de novas provas (fl. 382):

Com isso, rejeito a denúncia oferecida (fls. 3876/3947) e indefiro os requerimentos constantes dos itens III (fls. 3864/3870); IV (fls. 3870/3872); V (fls. 3873/3875), sem prejuízo, no entanto, da tramitação do Inquérito Policial, desde que produzidas novas provas independentes, desvinculadas das gravações decorrentes da interceptação telefônica ora anulada.

Diante disso, o acórdão recorrido decidiu que a valoração dos elementos probatórios indicados pela seguradora, e transcritos acima para negar o pagamento da indenização, seja realizada pelas instâncias de origem, no momento oportuno, fundamentos, a propósito, sequer ventilados nas razões do especial, motivo pelo qual tem aplicação o óbice da Súmula 283/STF.

Ressalto, por fim, que o entendimento do acórdão recorrido no sentido quanto à independência das esferas cível ou criminal, ressalvada o reconhecimento no processo penal de negativa da autoridade ou ausência da materialidade do fato, encontra-se em sintonia com o entendimento do STJ sobre tema, confirmam-se:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMPRESA DE VIGILÂNCIA E ESTABELECIMENTO BANCÁRIO. HOMICÍDIO. VIGILANTE QUE ATUA EM LEGÍTIMA DEFESA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA TRANSITADA EM JULGADO. COISA JULGADA PARA A JURISDIÇÃO CIVIL.

(...)

2. A coisa julgada só pode atingir o réu do processo penal, não os possíveis responsáveis no âmbito cível, pois a sentença faz coisa julgada entre as partes, não beneficiando, nem prejudicando terceiros (art. 472, CPC).

3. A decisão na esfera criminal somente gera influência na jurisdição cível, impedindo a rediscussão do tema, quando tratar de aspectos comuns às duas jurisdições, ou seja, quando tratar da materialidade do fato ou da autoria, segundo previsto no art. 935 do CC/2002 (que repetiu o disposto no art. 1.525 do CC/1916).

4. O reconhecimento da legítima defesa do vigilante no juízo criminal não implica, automaticamente, a impossibilidade da parte autora requerer indenização pelos danos ocorridos, especialmente quando, como no caso ora em análise, pugna pelo reconhecimento da responsabilidade civil objetiva do Banco e da Empresa de Vigilância, obrigados em face do risco da atividade.

(...)

(RESP 868.486/RJ, 4ª Turma, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, DJ 27.4.2009).

CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ABSOLVIÇÃO CRIMINAL.

A absolvição, por falta de provas (CPP, art. 386, VI), não impede a ação de responsabilidade civil. Recurso especial conhecido mas não provido.

(RESP 228.414/SP, 3ª Turma, Rel. Ministro Ary Pargendler, DJ 6.12.2001)

RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. DECISÃO CRIMINAL ABSOLUTÓRIA QUE NÃO NEGOU A AUTORIA OU A MATERIALIDADE DO FATO. AFERIÇÃO DE CULPA NO ÂMBITO CÍVEL. POSSIBILIDADE.

A sentença criminal que, em decorrência da insuficiência de provas, absolve o condutor do veículo acidentado com base no art. 386, VI, do CPP, sem negar a autoria ou a materialidade do fato, não gera a preclusão da discussão da culpa da pessoa jurídica de que possa

decorrer eventual responsabilidade civil.

Recurso especial não conhecido.

(RESP 594.392/MA, 4ª Turma, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ
13.9.2004)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

